

DOR, SOFRIMENTO E LUTO DAS MÃES DE PERIFERIA EM FORTALEZA. ¹

Autor: Leonardo Damasceno de Sá (LEV-UFC/CE)

Coautoras: Hosana Suelen Justino Rodrigues (LEV-UFC/CE)

Deiziane Pinheiro Aguiar (LEV-UFC/CE)

Resumo:

A realidade da dor é incomensurável, é uma experiência subjetiva, podendo ser, todavia, expressa no contexto intersubjetivo, pode ser relativamente compreendida ao ser posta em cena. Este artigo busca analisar as formas do luto das mães que tiveram filhos vítimas de mortes por agressão, principalmente, por uso de arma de fogo nas favelas à beira-mar na cidade de Fortaleza. O foco analítico é a dimensão da agência das mulheres, que, grosso modo, podem oscilar entre (a) profunda angústia diante da morte dos filhos, resultando em situações de adoecimento psíquico; (b) sentimentos de vingança que podem, inclusive, desencadear novos eventos de violência letal, alimentados por incitação de mães que mobilizam homens armados (parentes, aliados, vizinhos, policiais etc.) para vingar a morte do filho; (c) busca por justiça, criando outras formas de ação coletiva que mobilizam recursos como ideias de cidadania e ativismo de movimentos sociais; O que importa ressaltar é que mesmo as formas de silêncio das mães diante de suas perdas são formas de fala social sobre os eventos de morte matada por arma de fogo que atingem seus filhos, principalmente, entre 20 e 29 anos, rapazes, jovens adultos: recorte de gênero por onde passa a produção social de crimes letais intencionais (homicídio doloso, latrocínio e lesão corporal seguida de morte).

Palavras-chave: Violência; Luto; Mulheres.

Morte de jovens no contexto da violência armada

Em três décadas, o Brasil acumulou perdas humanas para mais de um milhão de homicídios. De 13.910 homicídios em 1980, o país passou para 49.932 homicídios em 2010, a uma taxa anual de crescimento de 4,4%, o que resulta num aumento de 259% em 30 anos. Como houve um aumento de 60,3% na população do

¹ Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN.

país que passou de 119 milhões em 1980 para 190,7 milhões de habitantes em 2010, a evolução da taxa de homicídios sofreu aumento real de 124% no período 1980-2010, o que representa 2,7% ao ano. De 11,7 homicídios em 100 mil habitantes para 26,2 em 2010 (WAISELFISZ, 2012, pp. 18-19).

No Brasil, as taxas de homicídios entre os jovens têm se mantido ao longo de décadas praticamente o dobro da taxa de homicídios da população total. Segundo dados do Mapa da Violência 2012, o Brasil, num ranking de 92 países do mundo, ocupa a quarta posição, atrás apenas de El Salvador, Venezuela e Guatemala, no que diz respeito às taxas de homicídios contra adolescentes (44,2 casos por 100 mil jovens de 15 a 19 anos).

Segundo o Mapa da Violência 2008, entre 1996 e 2006, a análise da evolução dos óbitos em 5.564 municípios brasileiros, tomando como base dados do Ministério da Saúde, constatou que os jovens são o segmento mais atingido pela violência letal, tendo ocorrido no período um aumento da ordem de 31,3% na taxa de homicídios contra jovens, enquanto o aumento foi de 20% para o restante da população brasileira. Neste sentido, os autores do relatório observaram que:

Os homicídios em geral, e os de crianças, adolescentes e jovens em particular, tem se convertido no calcanhar de Aquiles dos direitos humanos no país, por sua pesada incidência nos setores considerados vulneráveis, ou de proteção específica: crianças, adolescentes, jovens, idosos, mulheres, negros, etc. Essa grande vulnerabilidade se verifica, no caso das crianças e adolescentes, não só pelo preocupante 4º lugar que o país ostenta no contexto de 99 países do mundo, mas também pelo vertiginoso crescimento desses índices nas últimas décadas. As taxas cresceram 346% entre 1980 e 2010, como detalhado no capítulo 2, vitimando 176.044 crianças e adolescentes nos trinta anos entre 1981 e 2010. Só em 2010 foram 8.686 crianças assassinadas: 24 cada dia desse ano. (Mapa da Violência 2012).

No cotidiano das favelas do Ceará, existe uma realidade de muitas mortes matadas, dor, sofrimento e luto pelas vidas perdidas em meio a tanta letalidade nas relações sociais. Os segmentos juvenis da população foram as principais vítimas das mortes por agressões dirigidas ao aniquilamento, massacre, extermínio e desrealização do outro nas relações, afinal, é na relação com os outros, com as formas da alteridade que a morte matada de alguém pode ser compreendida como um acontecimento social de importante influencia nas trajetórias das comunidades envolvidas. (SÁ, 2010)

A morte matada no contexto cearense

No Ceará, o ano de 2013 foi de muitas mortes matadas, dor, sofrimento e luto pelas vidas perdidas em meio a tanta letalidade nas relações sociais. Os segmentos juvenis da população foram as principais vítimas das mortes por agressões dirigidas ao aniquilamento, massacre, extermínio e desrealização do outro nas relações, afinal, é na relação com os outros, com as formas da alteridade que a morte matada de alguém pode ser compreendida como um acontecimento.

As estatísticas criminais da Secretária de Segurança Pública e Defesa Social, do Governo do Estado do Ceará, deram a notícia do registro de 4.462 ocorrências de crimes letais intencionais (homicídios dolosos, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte): uma taxa de 50,83 de vítimas de crimes letais intencionais por 100 mil habitantes, quase o dobro da média nacional que, por sua vez, já é considerada muito alta na comparação com outros países. O número de pessoas assassinadas pode chegar ao volume de 4.449 indivíduos, segundo declarações das autoridades públicas aos jornais, uma vez que uma ocorrência policial pode se referir a mais de uma vítima. Podem-se contar os casos pelo número das ocorrências ou então pelo número de mortes por agressão registradas. O balanço final ainda está por ser consolidado a fim de ser lançado no Sistema Nacional de Estatísticas em Segurança Pública e Justiça Criminal (SINESP JC), da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), do Ministério da Justiça.

Em um período de quatro anos, de 2008 a 2011, os números já consolidados das estatísticas criminais cearenses no SINESP JC registraram um volume considerável de vítimas de morte por agressão, foram quase dez mil vidas perdidas, ou exatamente 9.679 mortes de pessoas por agressão. Em cada 10 ocorrências deste total, pelo menos sete foram por uso de arma de fogo. Em 2011, por exemplo, 74% das mortes por agressão foram por uso de arma de fogo, ficando quatro pontos percentuais acima da média brasileira.

Nos anos de 2011 e 2012 somados, foram registrados 6.419 crimes letais intencionais, sendo 6.115 homicídios dolosos, 177 latrocínios e 127 lesões corporais seguidas de morte. De 2011 para 2012, houve aumento de 32% da taxa desses crimes, de 32,4 crimes por 100 mil habitantes em 2011 para 42,5 em 2012. Recuando-se no tempo e ampliando a série comparativa para os anos 2008-2012, pode-se observar o registro de 24,4 crimes letais intencionais por 100 mil habitantes em 2008 para 42,5 em 2012, antes de chegar aos 50,83 casos por 100 mil habitantes

de 2013. Uma crescente variação das taxas que atestam o crescimento agudo de homicídios dolosos, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte por todo o território cearense.

Além da questão das armas de fogo, a qual se buscará dar uma atenção central nos interesses deste projeto, pois é um elemento chave para as hipóteses do trabalho de análise, a informação também decisiva é a seguinte, referente igualmente ao ano de 2011: 62,5 de vítimas de morte por agressão por 100 mil habitantes no Ceará são do sexo masculino; 59% das vítimas foram identificadas por raça/cor como preta e parda; 73,4 de vítimas por 100 mil indivíduos estão na faixa etária de 20 a 24 anos, seguidos por 61,7 de vítimas por 100 mil na faixa etária de 25 a 30 anos e em terceiro lugar com 57,9 os mais jovens entre 15 e 19 anos.

Etnograficamente falando, são rapazes afro-ameríndios descendentes, pertencentes às redes de parentesco das camadas populares, moradores de periferias, favelas, bairros populares, conjuntos habitacionais, com vidas ceifadas principalmente quando estão jovens adultos entre 20 e 30 anos. Tudo se passa como se eles tivessem que escapar das já altas chances de ser derrubado por morte matada entre 15 e 19 anos, passando para uma zona especialmente altíssima entre 20 e 24, para ainda poder ter a vida ceifada na altíssima zona entre 25 e 30. Não é à toa que os jovens das periferias estão sempre a se nomear para definir sua situação, em suas conversas e em suas expressões artísticas e culturais, como os “sobreviventes”.

As expressividades simbólicas e as manifestações culturais de jovens moradores das áreas mais atingidas pela vitimização da violência letal têm muito a dizer sobre o cotidiano de “terror”, “medo” e “injustiça” que são caracterizados com vivas cores e muita criatividade por artistas de periferia. Por exemplo, as letras de RAP estão repletas de referências a essa condição de fuga e sobrevivência ante as máquinas mortíferas que cortam a vida dos jovens, incluindo entre essas máquinas as diversas que funcionam baseadas em práticas de extermínio.

Circulação de armas e tráficos de drogas

Fortaleza é a quinta cidade do país em população, com dois milhões e meio de habitantes, que é a capital do estado do Ceará e também o núcleo de aglutinação de 15 municípios que forma a segunda metrópole do nordeste do Brasil, o que em termos populacionais representa um acréscimo de um milhão de pessoas, de modo

que Fortaleza enquanto espaço metropolitano atingiu como registrou o Censo 2010 uma população de três milhões e meio de habitantes.

O uso de arma de fogo nas metrópoles nordestinas tem sido associado por diversos atores sociais ao funcionamento dos mercados ilícitos das drogas e apontado como uma das principais causas dos homicídios que incidem sobre o universo dos segmentos juvenis. Há discursos sociais difusos e especializados, sustentando que a expansão do tráfico de drogas nas cidades grandes é o fator decisivo que explicaria o avanço das taxas de criminalidade violenta, envolvendo morte matada por arma de fogo, leia-se, o crack. Seriam os acertos de conta e as queimas de arquivo, segundo diversas falas sociais, que ligados às "drogas" seriam o grande "vilão" da onda de assassinatos.

Há conflitos interpessoais, questões de gênero, dispositivos morais e territoriais, faccionalismo apoiado na luta pelo poder nos bairros populares e de periferia, enfim, o mercado das drogas não funciona num vazio sociológico, é preciso descortinar a heterogeneidade de relações sociais que compõem esse problema para a pesquisa. Há socialidades, inclusive de regras das mais diversas fontes e de natureza conflitante, operando no contexto das regras do jogo, de modo que as dinâmicas dos homicídios entre jovens com uso de arma de fogo revelam uma variação empírica de motivações, justificativas, fatores, dimensões e tramas que vem sendo desconsideradas pelos discursos totalizantes e generalizantes que associam mercado de drogas e violência armada como algo dado.

O contexto do objeto: aproximações a partir da imprensa

As crônicas jornalísticas e as reportagens policiais, tanto dos jornais impressos quanto eletrônicos, bem com dos programas de rádio e televisão, não param de noticiar eventos diários de homicídios cometidos contra adolescentes e jovens nas periferias da metrópole. Gostaríamos de apresentar alguns exemplos que são instigadores para a proposta desta pesquisa.

No dia 29 de agosto de 2011, o jornal *Diário do Nordeste* publicou reportagem de Karla Camila e de Alex Costa (repórter fotográfico), intitulada *77 adolescentes em acolhimento vivem sob ameaça de morte*. A reportagem denuncia que o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), criado pelo governo federal em 2003, presente em 11 Estados brasileiros, não é realizado em Fortaleza, capital do Ceará. A reportagem faz menção

à pesquisa realizada de janeiro a julho de 2011 pela Equipe Interinstitucional de Abordagem de Rua de Fortaleza, circunscrita ao universo de dez unidades de acolhimento da Capital, que identificou 77 adolescentes vivendo em situação de ameaça de morte. Segundo a notícia:

Eles têm entre 15 e 17 anos, mas a maioria entra no mundo do crime, geralmente, aos dez anos de idade. Muitos viviam em situações de alto risco e acabaram se envolvendo com o tráfico de drogas, alguns morrem e outros vivem sob alguma ameaça. Diante do desespero da família e sem ter para onde ir eles recorrem às unidades de acolhimento. (Diário do Nordeste, 29 de agosto de 2011).

A reportagem faz o registro de um desses casos, o de João da Silva, reportando a situação nos seguintes termos:

Essa é a triste e cruel realidade da vida de João da Silva (nome fictício), 17 anos. Maltratado e espancado pelo pai, aos 11 anos decidiu optar pelo caminho mais "fácil" e ao mesmo tempo mais perigoso para conseguir a liberdade: o tráfico de drogas. 'Eu tinha vontade de ter uma roupa de marca, um tênis bom, mas não tínhamos condições. Pedir para o meu pai nem pensar, ele só vivia bêbado, batendo em mim e nos meus irmãos, então resolvi ir para o crime', desabafa. Entre o tráfico e o vício do crack ele fez muitos inimigos, e por isso, precisou mudar de bairro quatro vezes por sofrer ameaças de morte. O adolescente, que já cumpriu medidas socioeducativas por três vezes, mostra as marcas de bala espalhadas pelo corpo que poderiam ter causado a sua morte e conta ter visto muitos amigos assassinados e até o próprio irmão. Aliviado, ele agradece a Deus por estar vivendo na unidade de acolhimento Barraca de Amizade, em Fortaleza. Contudo, não se sente protegido, já que o Estado não desenvolve nenhuma política de proteção. 'Vou para a escola porque é o jeito, mas meu coração fica acelerado e tenho que andar sempre olhando para trás. Não me sinto protegido e sei que se eu sair daqui, serei morto', desabafa. (Diário do Nordeste, 29 de agosto de 2011).

A matéria, ademais, aponta para "a ausência de políticas públicas de proteção e, principalmente, de prevenção" que expressaria a principal preocupação de Organizações Não Governamentais e do Ministério Público sobre o problema. Faz-se menção a um Relatório de 2010, realizado pelo Tribunal de Justiça do Ceará (TJ/CE), que diagnosticou falhas nas 23 unidades de acolhimento de Fortaleza. Uma das principais falhas é "acolhimento de adolescentes sob ameaça de morte, alguns deles, egressos de medidas socioeducativas", pois "de acordo com o relatório, as entidades para onde são remetidos tais jovens não estão preparadas para lidar com esse tipo de realidade, o que acaba, no mínimo, por pôr em risco todos os acolhidos sem tal perfil, além dos educadores". Ivania Andrade fala na reportagem em nome da Instituição Barraca da Amizade, ela é assistente social. Ivania diz que "grande parte deles [acolhidos ameaçados de morte] esteve envolvido com o tráfico de drogas e acaba devendo aos traficantes para sustentar o próprio vício". A mesma

expressa ainda que “a maioria dos nossos meninos é usuário de drogas e já foi ameaçado. Estamos cientes de que estamos correndo um risco constante, mas não podemos deixar de abrigá-los, pois eles não têm para onde ir”. A assessoria de imprensa da Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará (Sejus) informou que o PPCAAM seria implantado no exercício de 2012, após aprovação nacional do projeto da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH). A reportagem apresenta críticas de especialistas da área que afirmam que “acolhimento não é a solução”. Pois, “Crianças e adolescentes usuários de drogas, em situação de moradia de rua, negligenciados, ameaçados de morte, essas e outras demandas são encaminhadas para as instituições de acolhimento, como se essa fosse a única solução. Porém, para Mônica Oliveira, presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente no Ceará, o ideal seria uma sociedade sem abrigos. Segundo ela, apesar da superlotação de algumas unidades, não há uma necessidade de construção de novas casas e sim da efetivação de uma política pública voltada para prevenir que os adolescentes cheguem aos abrigos. "Não concordo que a internação compulsória é a solução. Para que os problemas sociais diminuam é necessário que as políticas cheguem às famílias, às comunidades e às escolas", ressalta.

No entanto, para Brigitte Louchez, coordenadora da unidade de acolhimento Barraca da Amizade, mais grave que manter uma criança ou adolescentes durante anos em uma unidade de acolhimento é abrigar um que esteja ameaçado de morte. Ainda segundo ela, há uma falta de vontade política em elaborar projetos para solucionar essa questão no estado do Ceará.

Após esse trecho da reportagem, dedicado às críticas à realidade do acolhimento, aborda-se a questão do “vínculo familiar”, como se segue:

Conforme a coordenadora das Defensorias da Infância e da Juventude, defensora Erica Albuquerque, outra problemática enfrentada pelas crianças e adolescentes acolhidos, principalmente, os que vêm encaminhados do interior do Estado, é a falta de manutenção do vínculo com as famílias. (Diário do Nordeste, 29 de agosto de 2011).

Segundo ela, o fato acontece por uma equipe técnica preparada. "Essa é uma determinação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mas a quantidade de profissionais no Estado é muito inferior à demanda de acolhidos", ressalta. “Ainda de acordo com Erica, é comum ver crianças crescendo em abrigos e com seus relatórios desatualizados, sem nenhum contato com pai, mãe ou parentes.”

Para finalizar a reportagem, a opinião do especialista, psiquiatra e professor da UFC, Fábio Gomes de Matos, que merece ser reproduzida na íntegra, pois traz elementos significativos para o interesse desta pesquisa:

Adolescentes envolvidos com drogas estão procurando proteção em abrigos públicos para escaparem das ameaças de gangues. Não se sentiam seguros em casa, nas ruas, nas praças, de fato em lugar nenhum. Por que estes "abrigos" não oferecem a segurança necessária para estes jovens? Eles, assim como nós, deveriam se sentir seguros nos espaços abertos da nossa cidade. Incrível, eles e nós fomos nos conformando com a perda dos espaços de convivência social e as gangues de traficantes foram os ocupando, e agora, pelo jeito, ameaçam também os locais, teoricamente, de proteção ao adolescente. Os novos empreendimentos imobiliários já incorporam espaços onde os jovens de classe media podem desfrutar de algum lazer e segurança. E os adolescentes das classes economicamente menos favorecidas onde poderão conviver? Onde se sentirão protegidos? Nas praças? Estas foram privatizadas como "praças" de alimentação dos shopping centers. Não é razoável nos preocuparmos com as drogas somente quando os adolescentes ficam dependentes químicos. Seria como propormos uma política de tratamento do alcoolismo somente quando o individuo já estiver com cirrose hepática. Políticas de prevenção primária, secundária (tratamento adequado) e terciária (jovens que querem deixar as drogas) são essenciais. Caso contrário, estaremos expondo de maneira irresponsável nossa juventude. Temos que garantir que estes jovens ansiosos que estão nas das drogas e não encontraram previamente sua cidadania nas ruas deverão encontrá-la, como reinserção social, nos "abrigos" de Fortaleza. (Diário do Nordeste, 29 de agosto de 2011).

Cadáver de jovem achado na praia, título da notícia publicada em 21 de junho de 2012, no jornal *Diário do Nordeste*. O jornal noticiou que “o corpo do adolescente Lucas Sousa Fernandes, 16, foi encontrado na tarde de ontem, na Praia do Titanzinho, bairro Serviluz (zona leste)”. Com tiros na cabeça e nos braços, o corpo do adolescente estava entre as pedras do espigão do Titanzinho. Segundo familiares relataram para repórteres, Lucas trabalhava como garçom numa barraca na Praia do Futuro. Para os policiais militares das patrulhas do Batalhão de Policiamento Comunitário (BPCOM) e da Força Tática de Apoio (FTA), do 8º Batalhão (Praia de Iracema), segundo relata a reportagem, que estiveram no local, o crime foi cometido à noite, “pois o lugar é frequentado por usuários de drogas”.

No dia 15 de julho de 2012, o *Jornal O Povo* expõe a seguinte notícia, *Jovem é encontrado degolado no Vila Velha*. A matéria relata que “um jovem de 20 anos, viciado em droga, acusado de homicídios e envolvido com uma gangue foi morto de maneira cruel no bairro Vila Velha”. O jovem se chamava Otaciano Martins dos Santos. Era conhecido no mundo do crime como Cãozinho do Inferninho. O corpo da vítima, segundo constatou e atestou a Perícia Forense, estava “degolado”, “com olhos furados”, “dedos decepados” e “orelhas cortadas”. Ele, Otaciano, era um jovem morador da

Favela do Inferninho, na comunidade Vila Velha. Segundo policiais contaram para os repórteres, ele estava proibido de sair da favela, a comunidade, onde domina o tráfico de drogas. Ele foi torturado antes de morrer. Antes de ser executado, os inimigos o torturam até a morte. O caso está sendo investigado pelos policiais do 17º Distrito Policial. “A Polícia ainda não sabe quem foram os executores. Sabe-se então que era jurado de morte por uma gangue da Alameda dos Jardins também no [bairro] Vila Velha”. O repórter Landry Pedrosa finaliza a notícia, como de praxe, relatando outros casos que ocorrem no mesmo dia sob a etiqueta “Outros casos”: “Além do corpo de Otaciano Martins, ontem de madrugada, deram entrada mais seis, todos [os corpos] vítimas de homicídios à bala em Fortaleza. Entre as vítimas está Francisca Rosemary de Oliveira Holanda, assassinada com dois tiros de revólver num terreiro de macumba no bairro Cambéba”.

O cotidiano do luto nas mulheres

A morte de um filho jovem é interpretada de diversos modos, como a interrupção no modo como as mães pensam a relação entre o ciclo biológico e o fenômeno sociocultural do nascimento dos filhos. Há concepções imaginárias próprias ao universo de mães compondo uma diversidade de significações sobre o lugar da maternidade e sobre o modo como esta incorpora as atividades de proteger e de cuidar ou outras que podem ser articuladas pelos atores sociais. A perda de um filho pode representar simbolicamente o fracasso materno e também ainda pode gerar demandas outras, como reivindicações de direito e luta por justiça. Há um campo aberto de questões etnográficas a serem exploradas nesse espectro.

Sentimentos sociais e formas de pensar das mães são duas portas de entradas privilegiadas para se analisar a construção social do fenômeno da morte de jovens por agressão, principalmente, pelo uso de arma de fogo. As mortes matadas podem provocar sentimentos de impotência, frustração, tristeza, sejam quais os conteúdos atribuídos a tais sentimentos, o que é uma questão em aberto para o campo empírico, ou podem provocar sentimentos de reocupação de lugares de agência.

É comum nos velórios ouvirmos o seguinte comentário: “*eu não sei o que é pior, uma mãe enterrar um filho ou um filho enterrar uma mãe*”. Esta fala revela o caráter simbólico e relacional da dor. Como afirma SARTI (2011) às formas de manifestação do sofrer precisa fazer sentido para o outro. Por isso ela chama atenção

que a expressão da dor e do sofrimento supõe códigos culturais que sancionam as formas de manifestação dos sentimentos vivenciadas e expressas mediante formas instituídas. Sendo assim, como ocorre o luto nas vidas das mulheres mães de filhos que foram mortos por morte matada por arma de fogo? De que forma as emoções cimentam e geram sociabilidade entre elas? Como a dor pode se transformar em luta por justiça e paz entre as comunidades periféricas?

As mulheres deste cotidiano encaram o luto como um período da sua vida em que houve a necessidade de remontar sua estratégia de vida e reorganizar suas lembranças e suas relações sociais. BASSO E WAINER (2011) sugerem que superar o luto ocorre quando é possível conviver com as lembranças do falecido sem se afetar pela ausência material dele. A vivência da dor da perda no íntimo faz as mães organizarem as suas emoções. Porém, muitas dessas mães transportam o luto para a esfera pública transformando em um problema social vivido no coletivo de outras mães que tentam reparar as suas dores com a busca pela justiça.

A imagem cultural que podemos atribuir ao luto é o fato das mulheres encararem as suas relações sociais através das lentes das suas perdas. Ao vivê-lo tudo fica na ótica da morte, sombrio, triste, angustiante, choroso. Mesmo nos momentos em que as situações não estejam conectadas a morte e a perda elas enxergam um jeito de vincularem as suas situações momentâneas a elas. O luto é superado quando ocorre a desvinculação simbólica das circunstâncias atuais do cotidiano com as emoções e lembranças trazidas pelas perdas. Para elas esse é um momento complexo a relação de resolverem dentro do si o seu luto. Como podemos ver no trecho abaixo.

Eu só me culpo de ter me escondido atrás dele por tantos anos, para somente depois dele me prejudicar eu ter a coragem de mandá-lo ir embora. Por isso é muito complicado, se despedir do luto, é como se você colocasse o ente morto para fora da sua vida, é como se você de repente dissesse que não precisa mais dele...

A vivência do luto coloca essas mulheres num período de liminaridade, de transição, que as preparam para entrarem num universo de relações sociais novas onde elas devem se reencaixar na sua nova condição de mães que perderam os seus filhos. Elas relatam os conflitos sociais que surgem a partir das suas relações, nos momentos em que elas não sabem como se comportarem diante da realidade social.

Nos primeiros meses parece que as pessoas esperam que você só chore, porque quando você rir, ou aparenta está feliz elas respondem com comportamentos que fazem você se sentir envergonhados por

está “feliz”. Se você vai a algum lugar e chora compulsivamente por lembrar de algo, as pessoas lhe olham com reprovação, como se você estivesse fora de contexto.

A significação que atribuímos as nossas dores e as dos outros segundo SARTI (2001) são expressões da coercitividade das regras sociais que se inicia na família e é renovada com as ampliações das redes sociais. A Superação do luto é uma das etapas da vivência da dor que também é aprendida. Ela ocorre quando elas forem capazes de se reorganizar diante da vida que sobrou; habituando-se às novas regras dos comportamentos sociais e familiares; com as maneiras aceitáveis de expressar as suas emoções, da aceitação da nova rotina sem o filho que nunca mais vai estar lá presente; de se aceitar enquanto mulher, com um status de “mãe que perdeu um filho”. Entre outras situações é quando elas não suportam mais serem vista com “olhar de pena” e passam para um contexto político de ação.

Vale ressaltar que a problematização do aspecto da dor e do luto das mães que perderam os seus filhos num contexto de periferia envolve situações de imersão dos jovens na violência. Alguns autores como HAAS (2011) relatam que algumas mães sofrem um preconceito da sociedade que a apontam como corresponsável pelo envolvimento dos seus filhos em vivências de violência. Essas mães além de terem que superar o luto, tem que suportar a pressão de que foram “culpadas” de algum modo do assassinato de seus filhos. Atualmente há no Brasil vários grupos de mães que se solidarizam em busca de justiça. ALARCÃO & CARVALHO & PELLOSO (2008) afirmam que em muitos casos o luto só é superado com a situação de justiça efetivada. Em busca disso as mulheres mães de filhos que morreram em situações de violência se unem numa rede de solidariedade e de posicionamento político. Unidas elas mudam da rotina de ver a vida pela morte e pelo o que ela trouxe para transformar o luto em luta política pelos seus filhos e por tantos outros filhos vitimados que são invisíveis para o Estado e banalizados pela mídia. Juntas elas atribuem um valor social a sua dor, dando um sentido coletivo ao seu luto individual.

A rede de mães em busca de justiça por seus filhos aciona a mãe como elemento de autoridade moral em atos públicos. O luto antes vivenciado no íntimo passa a tomar uma dimensão coletiva de prática de solidariedade e de cidadania. Segundo VIANNA & FARIAS (2011) as mães envolvidas na luta pela justiça afirmam que os filhos somente foram mortos e o caso se encontra em aberto porque

elas são pobres da periferia. Para elas existem uma separação entre aqueles mortos que eram honestos e por isso deviam ser protegidos de outros bandidos que devem ser aniquilados, reforçando simbolicamente os elementos morais do lugar social em que pertencem os seus filhos.

A importância da experiência da dor dentro de um círculo social de mães é que ela provoca uma teia de reciprocidades de relações dentro do seu convívio, numa troca contínua de solidariedade, afetividade, bens simbólicos e materiais. (MAUSS, 1979) Nessa teia de solidariedade entre as mães é possível perceber um estímulo para continuar a viver. Como afirma KOURY (2011) a dor da perda é causada não pela morte, mas pela não aceitação de sua existência. Em grupo as mães constroem as linguagens da dor, os limites de seu luto, e as formas de manifestar a justiça num contexto amplo da sociedade.

Mães com sede de justiça: micropolítica das emoções

FREIRE et tal (2009) ressaltam que existe um discurso diferenciado das mães nos tribunais. Neles elas precisam apresentar os seus filhos de uma forma simbólica que afaste deles os rótulos do “morador da favela”. Os discursos das mães de periferia e da favela tendem a “re-humanizar” e “re-moralizar” os seus filhos como moradores de favela e periferia destacando que o fato deles serem deste lugar não implica que eles sejam criminosos.

Além de sofrer a perda, estas mulheres precisam se apresentar publicamente na defesa de lembrar que os filhos não são bandidos, ou em determinadas situações de que eles não devem ser julgados como se fosse somente isso. A dor que estas mães sentem não é apenas a da perda de seu filho, mas também é uma dor que emerge como reação diante da rotulação de seus filhos e delas próprias. Rotulação de “mães inadimplentes” que são responsáveis direta ou indiretamente pela vida de criminalidade dos filhos.

A dor e a morte são elementos que despertam o engajamento político. O amor e a dor tornam-se emoções que sustentam o seu engajamento político. Participar deste coletivo é uma busca de dar um sentido ao que, não tem sentido. A dor aparece como pilar da ação coletiva destas mães.

Estas mães enfrentam o preconceito contra a favela e os favelados tendo que romper com a condição de falar de um lugar despossuído e de um território

criminalizado. Algumas mães transformam o luto em prática reivindicativa de justiça enquanto outras não conseguem expor sua dor e vivem uma experiência silenciosa e traumática do luto.

Ao falarem sobre o acontecimento dramático que viveram e denunciar a violência policial elas mobilizam criticamente um amplo repertório coletivo que constitui o conjunto de dispositivos cognitivos da imagem materna e seu lugar na concepção de mundo coletivamente compartilhada.

No processo de denúncia, investigação de justiça, reparação, a autoimagem e a identidade das mães transitam entre dor, sofrimento, indignação e luta. O protesto é uma forma de se dizer algo sobre si mesmo e suas convicções morais, de encontrar alegria e orgulho nisso. Também é possível ter emoções negativas em relação à própria identidade, tais como vergonha ou culpa. A força de uma identidade mesmo cognitivamente vaga, vem do seu lado emocional.

Considerações finais

A dor, o luto e o sofrer das mães é uma resposta à violência e outros problemas sociais que envolvem a periferia como rotulação negativa, desamparo dos órgãos públicos; pobreza; saneamento, educação, saúde e segurança precárias; atuação das milícias; tráfico de drogas e gangues. A expressão pública da dor, do sofrer durante o luto pode ser vista como uma forma de controle social que gera adequação dos indivíduos as condições de vida violenta e pobreza da sociedade em que eles vivem. A dor e o sofrimento são elementos da construção social produzidos e reproduzidos dentro de relações de poder, nas escalas gerais e particulares do social. Estes elementos são parte do emaranhado de configurações produzidas e vividas por uma socialização específica.

A atitude dos vivos perante a morte é aprendida, adquiridas pelo grupo e influenciadas por sua cultura, história, economia, sociedade e religiosidade. A morte se torna presente no cotidiano próximo, especialmente aquele decorrente da violência e da criminalidade. Em alguns lugares, a morte deixa de ser um tema proibido (pela sua incidência) e passa a figurar no discurso da rua do trabalho e da casa. Acaba por interferir no cotidiano, na organização social dos moradores, das localidades afetadas de modo contínuo por esse acontecimento.

O luto como todo esquema emocional, representa não apenas um modelo de sentimento, mas um modelo comportamental para aqueles envolvidos e seu meio social. O luto pode ser colocado como um tempo de mudança social e da própria vida íntima e familiar, e das rotinas individuais que constituem essa família. Onde cada um deve aprender a lidar com a falta corporal, material e afetiva do jovem morto e amadurecer em relação a essa percepção da perda.

A morte quando é um acontecimento vivido publicamente e compartilhado por um grande número de pessoas, e acaba, de algum modo, contribuindo para o fortalecimento das relações sociais e à conscientização dos seus moradores quanto ao exercício de suas cidadanias. Para Koury (1999) a emoção é uma teia de sentimentos dirigidos diretamente a outros e caudado pela interação com outros em um contexto e situação social e cultural determinados. As ciências sociais das emoções parte deste modo do princípio de que as experiências emocionais singulares sentidas e vividas por um ator específico são produtos relacionais entre indivíduo, cultura e sociedade.

Devemos pontuar, portanto que há uma dificuldade dentro do estado social /antropológico de ter uma categoria universal de emoções vividas. Deste modo, cabe a nós firmarmos uma teoria etnográfica para pensar a categoria de emoções e também da moralidade. Tomaremos emoções como um conjunto de pensamentos, ações e sentimentos que são aprendidos socialmente e que passam por processos de modificação da sua vivência e da sua interpretação mediante os contextos sociais.

É importante frisar que as emoções não deveriam ser entendidas como um fenômeno estático, como condição interna, mas sim como processo relacional em que fatores culturais, sociais, políticos e individuais interagem com o mesmo peso. Para contemplar toda essa multisetorialidade de fatores demanda-se uma base teórico-sistemática que se empregue para a análise de emoções e que aprenda as emoções enquanto sistema vivo, isto é, enquanto sistemas dinâmicos de desenvolvimento que se compõe de numerosos componentes ou subsistemas ligados uns aos outros.

Neste sentido, a emoção que alguém sente numa determinada situação, baseia-se sobre uma multiplicidade de fatores: para uns, sobre o respectivo contexto

social e sobre os correspondentes modelos culturais de interpretação e de comportamento, para outros, sobre a psique e biografia específicas dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, A. C. Jacinto & CARVALHO, M. Dalva & PELLOSO, S. Marisa. A morte de um filho jovem em circunstância violenta: compreendendo a vivência da mãe. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*. 2008, vol.16, n.3, pp. 341-347.

ALMEIDA, Edilene Joceli & SANTOS, Seille Garcia & HAAS, Ernani Irajá. Padrões especiais de luto em mães que perderam filhos por morte súbita. *Revista de Psicologia da IMED*, vol.3, n.2, p. 607- 616, 2011.

BASSO, Lissia Ana; WAINER, Ricardo. Luto e perdas repentinas: Contribuições da Terapia Cognitivo-Comportamental. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, São Paulo, USP, v. 7, n. 1, pp. 35-43, 2011.

Cadáver de jovem achado na praia, *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 21 de junho de 2012. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/cadaver-de-jovem-achado-na-praia-1.505482>>. Acesso em: 11.ago.2012.

KOURY. A dor como objeto de pesquisa social. *revista ilha*. V.1, N.1 outubro de 1999. P.p 73-83.

Jovem é encontrado degolado no Vila Velha, *O Povo*, Fortaleza, 15 de julho de 2012. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/fortaleza/2012/07/14/noticiasjornalfortaleza,2878753/jovem-e-encontrado-degolado-no-vila-velha.shtml>>. Acesso em: 04.jan.2013.

_____. Luto e sociedade no Brasil do final do sec XX. O imaginário sobre a morte, o morrer, a dor e a perda. *Revista latino americana de estudos sobre cuerpos, emociones y sociedade*. No 5, p.p 6-14, 2011.

MAUSS, Marcel. Efeito físico no indivíduo da ideia de morte sugerida pela coletividade. In: OLIVEIRA, R. Cardoso. *Antropologia de Marciel Mauss*. Coleção grandes cientistas sociais. São Paulo, Ática, 1979.

SÁ, Leonardo Damasceno. Guerra, mundão e consideração: Uma etnografia das relações sociais dos jovens no Serviluz. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Ceará. 2010.

SARTI, Cynthia. A. A dor, o individuo e a cultura. *Revista saúde e sociedade*. N.10, 2001.p.p 3-13.

_____. A vítima como figura contemporânea. Caderno CRH, V.24, n. 61, 2011.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. Cadernos pagu, São Paulo, UNICAMP, v. 37, p. 79-116, jul./dez. 2011.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência Homicídios e juventude no Brasil. Governo federal do Brasil: Brasília, 2012.

77 adolescentes em acolhimento vivem sob ameaça de morte, *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 29 de agosto de 2011. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/77-adolescentes-em-acolhimento-vivem-sob-ameaca-de-morte-1.699912>>. Acesso em: 13.mar.2012.